

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GIOVANNA PAOLA PRIMOR RIBAS

**O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

PONTA GROSSA

2009

GIOVANNA PAOLA PRIMOR RIBAS

## **O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Concentração Sociedade, Direito e Cidadania, Linha de Pesquisa Estado, Direitos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Souza Netto Mandalozzo

Co-orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. José Robson da Silva

PONTA GROSSA  
2009

GIOVANNA PAOLA PRIMOR RIBAS

## **O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Concentração Sociedade, Direitos e Cidadania, Linha de Pesquisa Estado, Direitos e Políticas Públicas.

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

Profª Drª Silvana Souza Netto Mandalozzo - orientadora  
Doutora em Direito pela UFPR  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Christina Miranda Ribas  
Doutora em Direito pela USP  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Lúcia Cortes da Costa  
Doutora em Serviço Social pela PUC/SP  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Doutor em Direito pela UFPR  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, lutaram pela preservação da Cervejaria Adriática, em especial ao meu co-orientador José Robson da Silva, precursor do movimento, a quem eu devo muito da minha formação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus...

Às pessoas que amo, pelo incentivo, pela força, pelo companheirismo, pela dedicação... por todo amor. Foi com vocês que aprendi a errar e a perdoar; com quem descobri o verdadeiro sentido da vida. Pelos bons e pelos maus momentos que passamos juntos e pela compreensão. Por vocês serem a parte mais importante da minha vida.

Aos membros desta banca, professora Silvana, minha orientadora, professora Christina, professora Lúcia, professor Marés, mais do que referências, pela satisfação de tê-los neste momento tão especial.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, por mais essa formação.

## RESUMO

O Direito contemporâneo é caracterizado pela passagem da Constituição para o centro do sistema jurídico. A eficácia das normas constitucionais exige um redimensionamento do papel do Poder Judiciário que se vê diante do paradoxo de uma Constituição rica em direitos e de práticas que negam a aplicação de tais direitos. O Judiciário deixa de atuar como mero aplicador mecânico de normas pré-estabelecidas, e passa a assumir, com o advento do neoconstitucionalismo, a responsabilidade pela efetivação dos direitos sociais, como o direito à preservação do meio ambiente cultural. A legislação brasileira, em matéria de meio ambiente cultural, estabeleceu diversos instrumentos de proteção, dentre eles o tombamento. Trata-se de um ato declaratório e discricionário. Declaratório na medida em que um bem é cultural não por ser tombado, mas em razão de suas qualidades intrínsecas. Discricionário, desde que não haja risco atual que ameace o bem. Se a Administração Pública se omite da prática de um ato e age contrariamente ao interesse público, questiona-se se é possível ao Judiciário exercer o controle desse ato. A demolição da fábrica da Cervejaria Adriática, da cidade de Ponta Grossa, Paraná, foi exemplo da omissão da Administração Pública. O caso foi objeto de ação judicial, julgada improcedente, sob o fundamento de que o Poder Judiciário não é ente legítimo num Estado Social Democrático de Direito para reconhecer um bem como cultural, atribuição essa cabível apenas ao Executivo. A presente pesquisa visa discutir a possibilidade de o Poder Judiciário, atualmente e no Brasil, declarar um bem patrimônio cultural, reavaliando o princípio da separação dos poderes e a função do Judiciário frente às suas responsabilidades sociais. Sob o prisma do fenômeno do neoconstitucionalismo, confrontou-se a decisão do Judiciário com a importância histórica do bem em questão, e verificou-se uma flagrante incongruência entre o sistema jurídico constitucional e a atuação do Judiciário no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Proteção. Judiciário.

## ABSTRACT

Contemporary Law is characterized by the passage of the Constitution to the center of the legal system. The effectiveness of constitutional rules requires a resizing of the role of the judiciary that has faced the paradox of a Constitution rich in rights and of practices that deny the application of such rights. The judiciary ceases to act as a mere mechanical applicator of pre-established rules and assume, with the advent of neoconstitutionalism, the responsibility for the realization of social rights as the right to preservation of the cultural environment. The Brazilian legislation in terms of cultural environment, established several instruments of protection, among them the act of falling. This is a declaratory and discretionary act. Declaratory because a good is not cultural for being registered land, but because of its intrinsic qualities. Discretionary since there is no current risk that threatens the good. It is been inquired if the judiciary can exercise control of an administrative act when the Administration is been omitted from the practice of an act or is acting contrarily to public interest. The demolition of the Adriatic brewery, at the city of Ponta Grossa, Paraná, was an example of the omission of public administration. The case was the object of the lawsuit, which was rejected because the judge understood that the judiciary is not a legitimate entity in a Social Democratic State of Law to recognize a good as cultural. This is only possible an attribution of the executive. This research aims to discuss the possibility of the judiciary, currently and in Brazil, to declare a good as cultural heritage, re-evaluating the principle of separation of powers and the function of the Judiciary related to its social responsibilities. By the perspective of the phenomenon of neoconstitutionalism, the decision of the judiciary was confronted with the historical importance of the good that is been studied and was found a glaring inconsistency between the legal-constitutional system and the actuation of the judiciary in the State of Paraná.

Keywords: Cultural heritage. Protection. Judiciary.

Eu sou como a garça triste  
Que mora à beira do rio,  
As orvalhadas da noite  
Me fazem tremer de frio.

Me fazem tremer de frio  
Como os juncos da lagoa;  
Feliz da araponga errante  
Que é livre, que livre voa.

Que é livre, que livre voa  
Para as bandas do seu ninho,  
E nas braúnas à tarde  
Canta longe do caminho.

(Castro Alves)



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	–	Dados sobre o mercado da música.....	62
Figura 1	–	As pirâmides do Louvre.....	65
Figura 2	–	Vista do Coliseu de um bistrô.....	66
Figura 3	–	Piazza di Spagna no verão de Roma.....	66
Figura 4	–	Placa indicativa no centro de Roma.....	67
Figura 5	–	Mansão Matarazzo – demolida em 1996.....	117
Figura 6	–	Casa histórica demolida em Uberaba.....	118
Figura 7	–	Palacete Santa Helena – demolido em 1971, para a construção da estação Sé do metrô.....	118
Figura 8	–	Pavilhões Anhangabaú – demolido no início dos anos 50....	118
Figura 9	–	Edifício São Pedro – demolido no início dos anos 60.....	119

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Relação entre números de juízes e população.....	49
Tabela 2	–	Números nacionais da lei de incentivo à cultura.....	63

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES DO JUDICIÁRIO EM FACE DE SUAS RESPONSABILIDADES SOCIAIS</b> .....	<b>20</b>
1.1 O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES .....	25
1.2 O PODER JUDICIÁRIO E ALGUMAS AS CORRENTES DO PENSAMENTO JURÍDICO.....	28
1.3 O ESTADO LEGISLATIVO E A NEUTRALIDADE POLÍTICA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL .....	35
1.4 O SURGIMENTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL E A CONSEQÜENTE REPOLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO NO BRASIL .....	38
1.5 A CRISE DO ESTADO CONSTITUCIONAL SOCIAL.....	47
<b>CAPÍTULO 2 – O PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>53</b>
2.1 MEIO AMBIENTE, DIREITO E CULTURA .....	54
2.2 A CULTURA NA MODERNIDADE.....	57
2.3 BENS CULTURAIS.....	72
2.4 INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS .....	79
2.4.1 O tombamento.....	84
2.4.2 A natureza jurídica do tombamento.....	86
<b>CAPÍTULO 3 – O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>92</b>
3.1 O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO .....	92
3.2 O MÉRITO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	94
3.3 DISCRICIONARIEDADE E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS .....	97
3.4 O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DISCRICIONÁRIOS .....	101
3.5 O CASO DA DEMOLIÇÃO DA CERVEJARIA ADRIÁTICA EM PONTA GROSSA, PARANÁ.....	104
3.5.1 O processo coletivo cautelar como instrumento de proteção do patrimônio cultural .....	108
3.5.2 História da Cervejaria Adriática .....	112
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>120</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO A – Notícias sobre demolição de antigos prédios de cervejaria .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO B – Sites sobre a Adriática .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO C – Material sobre a Adriática extraído da Casa da Memória .....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO D – Notícia sobre a Adriática extraída do Museu dos Campos Gerais.....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXO E – Abaixo-assinado contra a demolição .....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO F – Petição do Fórum Regional de Educação Ambiental requerendo ao Ministério Público a instauração de ação civil pública cautelar .....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO G – Informação nº 013/1996 – CPHA .....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO H – Informação nº 020/1996 – CPHA .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO I – Alvará de demolição.....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO J – Liminar.....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO L – Decisão que revogou a liminar.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO M – Decisão que manteve a revogação da liminar .....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO N – Sentença .....</b>	<b>213</b>
<b>ANEXO O – Acórdão .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO P – Cópia de páginas do livro do Germânia-guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa de Aída Mansani Lavallo sobre a Adriática.....</b>	<b>234</b>
<b>ANEXO Q – Cópia de páginas do livro do Centro Comercio e Indústria ao Selo Social: Economia e Sociedade Ponta-grossense de Niltonci B. Chaves sobre a Adriática .....</b>	<b>240</b>
<b>ANEXO R – Sites sobre a cerveja original.....</b>	<b>244</b>
<b>ANEXO S – Jurisprudência.....</b>	<b>258</b>
<b>ANEXO T – Notícia sobre a demolição da Catedral de Ponta Grossa .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXO U – Sites sobre regiões desenvolvidas culturalmente em função de produtos como vinho e cerveja .....</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO V - Fotografias da Cervejaria Adriática.....</b>	<b>281</b>